



**EDITAL**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Processo Administrativo nº 034/2026**

**Dispensa de Licitação nº 004/2026**

Torna-se público que o Município de Barra do Garças/MT, através do Setor de Licitações, por intermédio do seu Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 23.256/2026, realizará Dispensa de Licitação, do tipo menor preço, com critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei 14.133, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal n.º 5.362/2024 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso, observadas as condições do quadro de detalhamento a seguir:

**Data Limite de recebimento das Propostas: 04/05/2026.**

**Data e hora da Sessão Pública: 05/05/2026 às 08h00min**

**Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: Não**

**Margem de Preferência Local/Regional: Não**

**Horário de Referência: Brasília/DF**

**E-mail para envio de Documentação e Proposta: [licitacao@barradogarcas.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradogarcas.mt.gov.br)**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para a elaboração e execução do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e do Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW, incluindo tramitação, acompanhamento técnico e obtenção de aprovação junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), em estrita observância às normas e regulamentos aplicáveis dos órgãos competentes e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

**1.2.** A contratação será realizada de forma GLOBAL, considerando o conjunto dos projetos descritos, sendo o critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

ITEM	COD. COPLAN	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO
------	----------------	-----------	-------	------	-------------------



01	87924	Elaboração e aprovação do PBZPA- Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo.	Serviço	01	R\$27.500,00
02	97925	Elaboração e Aprovação do PZPANA- Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea.	Serviço	01	R\$18.500,00

**O valor total estimado da contratação é de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).**

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação fornecedores interessados atuantes no ramo pertinente ao objeto, que atendam às exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.1. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se o direito de preferência em caso de empate, não havendo, contudo, exclusividade de participação.

2.1.2. O fornecedor interessado, em razão da prevalência dos atos virtualizados na Lei nº 14.133/2021, após a divulgação do aviso de contratação direta, **encaminhará, exclusivamente através do e-mail licitacao@barradogarcas.mt.gov.br, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos**, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão.

2.1.3. Não poderão participar desta dispensa os interessados que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta dispensa aqueles que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.2. Autor de estudos técnicos preliminares, projeto básico ou documentos técnicos equivalentes, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre serviços a eles relacionados; equiparam-se aos autores as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração de estudos técnicos, projeto básico ou documentos técnicos relacionados ao objeto, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre serviços a ela necessários;

2.2.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**2.2.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.2.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.2.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.2.8.** Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

**2.2.9.** Empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;

**2.2.10.** Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

**2.3.** Aplica-se o disposto item “2.2.4.” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

**2.4.** Por se tratar de processo de dispensa de licitação, onde se prima pela celeridade processual, não poderão participar empresas que estejam constituídas em sociedades cooperativas.

**2.5.** Caberá aos interessados acompanhar o procedimento da presente dispensa, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de oportunidade diante da inobservância ou do não atendimento de qualquer comunicação encaminhada aos e-mails informados, ainda que direcionadas automaticamente para a caixa de spam.

### **3. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:**

**3.1.** A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, no site <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/> e <https://www.amm.org.br/>, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados exclusivamente via e-mail, através do endereço [licitacao@barradogarcas.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradogarcas.mt.gov.br), fazendo referência à **Dispensa de Licitação nº 004/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 034/2026.**





**3.2.** As propostas deverão, obrigatoriamente, seguir o modelo do ANEXO II e conter a descrição do objeto e o preço de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, de forma clara e detalhada, não sendo admitidas propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos, sob pena de desclassificação:

**3.2.1.** Ser elaborada em papel timbrado da empresa, redigida em língua portuguesa, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal do interessado ou por procurador legalmente constituído, com comprovação dos respectivos poderes;

**3.2.2.** Conter a razão social, endereço completo (atualizado), número de inscrição no CNPJ, número de telefone (atualizado) e e-mail (atualizado);

**3.2.3.** Descrição completa e detalhada do objeto, em conformidade com o Termo de Referência;

**3.2.4.** Preço unitário e total de cada item, bem como o preço global da proposta, expressos em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;

**3.2.5.** Constar os dados bancários para pagamento (instituição financeira, agência e conta corrente);

**3.2.6.** Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias;

**3.2.7.** Prazo de execução dos serviços: em até **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, observando-se o cronograma e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**3.3.** O proponente deverá enviar a sua proposta pelo e-mail especificado, sendo desconsideradas propostas eventualmente encaminhadas fora do prazo estabelecido.

**3.4.** Conforme o modelo da proposta – ANEXO II, o proponente declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**3.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.

**3.6.** Em caso de divergência entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

**3.7.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





#### 4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. Depois de escoado o prazo para apresentação das propostas e documentos de habilitação, o Agente de Contratação, juntamente com sua equipe de apoio, reunir-se-á para verificar a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto às formalidades exigidas, à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação.

4.2. Os interessados deverão manter-se atentos à caixa de e-mails do endereço informado na proposta, inclusive verificando a caixa de spam, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento das comunicações encaminhadas pelo Agente de Contratação, podendo ser desclassificados caso não atendam, no prazo estabelecido, às solicitações formuladas.

4.3. O Agente de Contratação verificará a conformidade das propostas quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, sendo selecionada a proposta de menor preço global, desde que atendidas as exigências do Edital.

4.4. Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio de comunicação eletrônica.

4.5. A negociação poderá ser realizada com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor máximo definido para a contratação.

4.6. Concluída a negociação e readequado o valor da proposta, deverá ser encaminhada proposta ajustada e, se necessário, documentos complementares, no prazo de até 2 (duas) horas após a notificação por e-mail.

4.7. O procedimento de classificação das propostas e eventual negociação será registrado em ata.

4.8. Se as propostas forem desclassificadas ou todos os fornecedores forem inabilitados (procedimento fracassado), ou ainda se não houver interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:

4.8.1. Valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, desde que atendidas as condições de habilitação exigidas, devendo ser solicitado ao fornecedor o interesse em fornecer o objeto pelo preço da cotação inicial, com posterior apresentação da documentação de habilitação necessária;

4.8.2. Apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;





- 4.8.3. Republicar o presente Edital com nova data, respeitados os prazos mínimos legais.
- 4.9. Será desclassificada a proposta que:
- 4.9.1. Contiver vícios insanáveis;
- 4.9.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;
- 4.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo definido para a contratação;
- 4.9.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável;
- 4.9.6. Apresentar preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.
- 4.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada.
- 4.12. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.
- 4.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital e seus Anexos.
- 4.14. Todos os documentos de habilitação encaminhados pelos proponentes integrarão os autos do processo administrativo, sendo analisados inicialmente apenas aqueles apresentados pelo fornecedor classificado em primeiro lugar.

## 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. As empresas participantes da presente contratação direta deverão enviar a documentação para fins de habilitação constantes do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste Edital, juntamente com a proposta até a data e horário da abertura da sessão, através do e-mail especificado no preâmbulo deste Edital.
- 5.2. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do proponente declarado vencedor, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no procedimento e ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:



- 5.2.1.** Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica).
- 5.2.2.** Consulta aos cadastros de fornecedores sancionados e suspensos disponíveis nos sistemas oficiais de controle.
- 5.2.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos da legislação vigente.
- 5.2.3.1.** Caso conste a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o agente diligenciará para verificar eventual tentativa de burla.
- 5.2.3.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.2.3.3.** Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado.
- 5.3.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 5.4.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente, na ordem de classificação.
- 5.5.** Quando houver dúvida quanto à integridade do documento digitalizado, o agente poderá requerer a apresentação dos documentos originais.
- 5.6.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização.
- 5.6.1.** A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da Administração, quando requerida pelo fornecedor, mediante justificativa.
- 5.6.2.** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, facultando-se a convocação dos remanescentes.
- 5.7.** O proponente enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 não estará dispensado das seguintes comprovações:
- 5.7.1.** Prova de inscrição municipal, quando da atividade de prestação de serviços;
- 5.7.2.** Prova de inscrição estadual, quando da atividade de comércio.
- 5.8.** A comprovação da capacidade técnica será demonstrada pela apresentação de certidão ou atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação, especificamente a execução de serviços técnicos especializados na elaboração de Planos Básicos de Zona de Proteção de



Aeródromo (PBZPA) e/ou Planos de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), ou serviços correlatos de natureza equivalente, quanto às características, quantidades e prazos.

**5.9.** Comprovação de que a empresa dispõe de profissionais com formação técnica compatível com o objeto da contratação, aptos à execução dos serviços descritos no Termo de Referência.

**5.10.** Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) possui(em) experiência comprovada em serviços técnicos compatíveis com o objeto, mediante apresentação de acervo técnico ou documentação equivalente, quando aplicável.

**5.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**6.2.** O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

**6.3.** Alternativamente, a Administração enviará o Termo de Contrato ou instrumento equivalente para assinatura digital, devendo ser devolvido pelo e-mail [licitacao@barradogarcas.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradogarcas.mt.gov.br), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**6.4.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**6.5.** A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e em seus Anexos.

**6.6.** A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, bem como os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**6.7.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme previsto no respectivo Termo de Referência.





**6.8.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência contratual.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

**7.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida;

**7.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.7.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

**7.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo, ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou na execução do contrato;

**7.1.9.** Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento do procedimento;

**7.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

**7.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência pela falta prevista no subitem 7.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor global do contrato;





**7.2.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**7.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**7.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.5.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**7.6.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**7.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.** A homologação do resultado desta contratação direta será divulgada na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e no sítio oficial do Município.

**8.2.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.

**8.3.** No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





- 8.4.** As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.5.** Os casos omissos serão dirimidos em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da análise das propostas na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.7.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.8.** O Termo de Referência, constante como anexo deste Edital, integra este instrumento para todos os fins de direito, vinculando integralmente os licitantes, a proposta apresentada e a futura contratação, devendo ser rigorosamente observado durante toda a execução contratual, inclusive quanto às especificações técnicas, condições de execução, prazos, obrigações das partes e critérios de medição e pagamento.
- 8.9.** Os interessados poderão obter o Edital Completo pelo e-mail [licitacao@barradogarcas.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradogarcas.mt.gov.br) ou no site da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT, no endereço eletrônico: <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/>.

## **9. DOS ANEXOS DO AVISO**

**9.1.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados:

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato ou do instrumento equivalente;

ANEXO V – Declaração de Enquadramento ME EPP;

ANEXO VI – Declaração Unificada;

**Barra do Garças/MT, 23 de fevereiro de 2026.**

**Adilson Gonçalves de Macedo**  
Prefeito Municipal



ANEXO I

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**Processo Administrativo nº 034/2026**

**Dispensa de Licitação nº 004/2026**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 1.1. Registro de Empresário, no caso de empresa individual; ou
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- 1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- 1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou
- 1.5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), devendo ser NEGATIVA ou POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA;
- 2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa;
- 2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa;
- 2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento das inscrições ou tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva;
- 2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa;
- 2.9. Certidão Simplificada ou Simplificada Digital da Junta Comercial, para fins de comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), quando for o caso.

### **3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade, somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de recebimento da documentação.
- 3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o fornecedor deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 4.1. Atestado (mínimo 01) ou declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, consistentes na elaboração de Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e/ou Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), quanto às características, complexidade e prazos.
- 4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que comprovada a vinculação entre as unidades.
- 4.1.2. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração realizar diligências para confirmação das informações.
- 4.2. Prova de registro da pessoa jurídica na entidade de fiscalização profissional competente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme compatibilidade com o objeto da contratação.



**4.2.1.** A proponente que não for sediada no Estado de Mato Grosso deverá apresentar o registro no CREA/CAU do estado de origem, devendo apresentar, no ato da assinatura do contrato, o visto do CREA/CAU de Mato Grosso, quando exigível.

**4.3.** Apresentação de profissional de nível superior na área de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo ou outra com atribuição técnica compatível com o objeto da contratação, para figurar como responsável técnico pela execução dos serviços.

**4.3.1.** A comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa poderá ser realizada por meio de:

- a)** cópia da Carteira de Trabalho (física ou digital); ou
- b)** contrato de prestação de serviços; ou
- c)** declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional; ou
- d)** contrato social, quando se tratar de sócio.

**4.4.** Comprovação de capacitação técnico-operacional e técnico-profissional, mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade profissional competente (CREA ou CAU), em nome do responsável técnico indicado, comprovando a execução de serviços técnicos com características semelhantes ao objeto desta contratação.

**4.4.1.** Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços relacionados à elaboração de PBZPA e/ou PZPANA, ou serviços técnicos de natureza equivalente em complexidade e responsabilidade técnica.

**4.4.2.** Será admitida a apresentação de diferentes atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, inclusive de forma complementar, desde que compatíveis com o objeto da contratação.





ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT</b>		
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2026</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026</b>
<b>TIPO DE JULGAMENTO:</b>		<b>MENOR PREÇO POR: ITEM</b>
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		<b>CNPJ/CPF:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>BAIRRO:</b>
<b>CIDADE/UF:</b>	<b>CEP:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>E-MAIL:</b>		
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		<b>CPF:</b>
<b>RG:</b>	<b>E-mail:</b>	

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL R\$: (NUMERÁRIO E POR EXTENSO)</b>				

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ dias.



**DADOS BANCÁRIOS:**

<b>BANCO:</b>	
<b>AGÊNCIA:</b>	
<b>OPERAÇÃO:</b>	
<b>Nº DA CONTA:</b>	

Prazo de entrega/execução: \_ \_ \_ (extenso) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

Prazo de Garantia: \_ \_ \_ (extenso) meses, contados da data de apresentação da proposta.

**Declaro** que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

**Declaro** que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**Declaro** ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

\_ \_ [local, [data]] \_ \_

\_ \_ [nome] \_ \_

Representante Legal





## ANEXO III

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

1.2. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

#### 2. DO OBJETO E FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. Constitui-se objeto deste Termo de Referência a apresentação de elementos descritivos para a **Contratação de empresa especializada para a elaboração e execução do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e do Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW, incluindo tramitação, acompanhamento técnico e obtenção de aprovação junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), em estrita observância às normas e regulamentos aplicáveis dos órgãos competentes.**

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do **Decreto Municipal n.º 5.383/2.024.**

2.3. Compreende-se que a contratação deverá ocorrer através:

##### 2.3.1. Da modalidade:

- Pregão
- Concorrência
- Leilão
- Concurso
- Diálogo Competitivo
- Não se aplica

##### 2.3.2. Da contratação direta:

- Dispensa de licitação
- Inexigibilidade de licitação
- Não se aplica



A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade urgente de atendimento às exigências dos órgãos reguladores da aviação civil, especialmente o DECEA e a ANAC. Ressalta-se que, embora o valor estimado da contratação ultrapasse o limite legal aplicável à dispensa, tal medida se justifica pela urgência da demanda, pelo risco de suspensão das atividades do aeródromo e pela baixa materialidade do valor excedente, sendo desproporcional a instauração de procedimento licitatório mais complexo diante do contexto apresentado.

**2.3.3. Do procedimento auxiliar:**

- Sistema de Registro de Preços (SRP)
- Credenciamento
- Pré-qualificação
- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)
- Registro Cadastral
- Não se aplica

**2.3.4. Dos demais procedimentos:**

- Adesão à Ata de Registro de Preços
- Não se aplica

**2.4. Do critério de julgamento:**

A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será:

- Menor preço
- Melhor técnica ou conteúdo artístico
- Técnica e preço
- Maior retorno econômico
- Maior desconto

**2.5. Do parcelamento ou não do objeto:**

- Por item
- Por lote
- Global

O objeto será contratado de forma global, considerando a natureza técnica integrada dos serviços, os quais demandam compatibilidade metodológica, continuidade técnica e responsabilidade única pela elaboração e aprovação dos planos, não sendo tecnicamente viável a divisão em parcelas sem prejuízo à qualidade e à coerência dos resultados.





2.6. O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos e implantação no Município, contudo está em consonância com o planejamento orçamentário do município.

2.7. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços.

### **3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação visa a satisfação do interesse público, devido às exigências formais impostas pelos órgãos reguladores, especialmente o Comando da Aeronáutica (COMAER) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que determinaram a obrigatoriedade de elaboração e aprovação do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e do Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), como condição para a regularidade operacional do aeródromo, conforme ofícios anexados a este processo, Ofício nº58/4SC4/18683 expedido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, bem como pelo Ofício nº104/2026/GTPI/GCOP/SIA-ANAC expedido pela ANAC.

Sendo necessária para garantir a regularização do aeródromo perante os órgãos reguladores, assegurar a continuidade das operações aéreas com os níveis exigidos de segurança, atender às determinações do DECEA e da ANAC, bem como viabilizar o protocolo e tramitação dos planos junto ao sistema SysAGA, evitando a aplicação de sanções administrativas e a suspensão das atividades do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW.

Destaca-se que esta análise teve como ponto de partida a inexistência de contratações anteriores no âmbito deste Município para a elaboração do PBZPA e do PZPANA, o que evidencia uma lacuna histórica na regularização do aeródromo perante os órgãos competentes. Tal cenário trouxe como principal desafio a necessidade de atendimento, em curto prazo, às exigências técnicas e regulatórias impostas pelos órgãos de controle da aviação civil.

Nesse contexto, foi considerado as notificações expedidas pelo DECEA e pela ANAC, que determinaram a obrigatoriedade de elaboração e aprovação dos referidos planos, bem como o prazo estabelecido para a apresentação de evidências do cumprimento da obrigação, mediante protocolo no sistema SysAGA.

Ressalta-se, ainda, que a ausência desses instrumentos compromete a conformidade operacional do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW, impactando diretamente a segurança das operações aéreas e sujeitando o aeródromo à aplicação de sanções, inclusive a suspensão de suas atividades.





Diante disso, a presente análise também considerou as atuais necessidades da Administração Pública em assegurar a continuidade do serviço público aeroportuário, a regularização junto aos órgãos reguladores e o atendimento aos prazos estabelecidos, evidenciando a urgência na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços técnicos exigidos.

Destaca-se, ainda, que a contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação e, principalmente, da necessidade de atendimento célere às exigências impostas pelos órgãos reguladores, considerando o risco iminente de aplicação de sanções e eventual suspensão das atividades do aeródromo. Ressalta-se que, embora o valor da contratação ultrapasse o limite legal aplicável à referida modalidade em aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tal medida se justifica pela urgência da demanda, pela baixa materialidade do valor excedente e pela desproporcionalidade da instauração de procedimento licitatório mais complexo, o que poderia comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos pelos órgãos de controle e, conseqüentemente, a continuidade do serviço público aeroportuário.

**3.2.** Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITEM	COD. COPLAN	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL	VALOR MENSAL/UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	87924	Elaboração e aprovação do PBZPA- Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo.	Serviço	01	R\$27.500,00	R\$27.500,00
02	97925	Elaboração e Aprovação do PZPANA- Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea.	Serviço	01	R\$18.500,00	R\$18.500,00

**3.3. Da estimativa de preços:**

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 46.000,00 (Quarenta e Seis mil reais)**

Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável por esse levantamento foi a Sra.: Thamires Ferreira da Silva Marinho, Coordenadora de Divisão de Gestão e Manutenção do Aeroporto e Rodoviária, Matrícula 13159.

**3.4. Das características do produto/serviço:**



A empresa contratada deverá desenvolver o PBZPA e o PZPANA, considerando a Legislação Específica para Aeródromos e Objetos Projetados no Espaço Aéreo, em especial:

- ICA 11-3 processos da área de aeródromos (AGA) no âmbito do COMAER;
- ICA 11-408 Restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas;
- Demais normas e instruções do DECEA, COMAER, ANAC e legislação correlata aplicável à elaboração e aprovação do PBZPA e do PZPANA, incluindo eventuais atualizações normativas vigentes à época da execução do serviço;

#### 3.4.1. Dados e definições:

- Levantamento e análise técnica das características físicas, operacionais e geográficas do aeródromo e de seu entorno, incluindo dados altimétricos, topográficos e informações operacionais relevantes;
- Identificação, modelagem e análise das superfícies limitadoras de obstáculos, conforme normas aeronáuticas vigentes, avaliando objetos naturais e artificiais existentes ou projetados;
- Avaliação de interferências físicas e eletromagnéticas que possam impactar os auxílios à navegação aérea, quando aplicável;
- Elaboração completa dos documentos técnicos do PBZPA e do PZPANA, com mapas, plantas, memoriais descritivos, relatórios técnicos e demais elementos exigidos pelos órgãos reguladores;
- Adequação dos planos às normas e regulamentos do Comando da Aeronáutica, da Agência Nacional de Aviação Civil e demais legislações correlatas;
- Protocolo, tramitação e acompanhamento técnico dos processos junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, incluindo respostas a diligências, esclarecimentos técnicos e revisões eventualmente solicitadas;
- Realização de ajustes e correções técnicas, sem ônus adicional para a Administração, até a obtenção da aprovação final dos planos;
- Os produtos deverão ser entregues em formatos editáveis e não editáveis (PDF e arquivos técnicos compatíveis), devidamente organizados, identificados e acompanhados de documentação técnica completa;
- Todos os produtos técnicos deverão ser elaborados, assinados e acompanhados por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no CREA ou CAU, sendo obrigatória a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.





- O serviço deverá ser executado em estrita observância às normas técnicas vigentes, assegurando a conformidade regulatória, a segurança das operações aéreas e a regularidade operacional do aeródromo, constituindo condição essencial para a continuidade das operações no Aeroporto de Barra do Garças – SBBW;
- A metodologia empregada deverá observar as boas práticas técnicas aplicáveis ao setor aeronáutico, garantindo a consistência dos dados, a rastreabilidade das informações utilizadas e a compatibilidade com os sistemas exigidos pelos órgãos reguladores;
- Compatibilização integral dos documentos técnicos com o sistema SysAGA, incluindo formatação, estruturação e inserção das informações conforme exigências do sistema;
- Participação em reuniões técnicas, presenciais ou remotas, sempre que solicitado pela Administração, para apresentação de etapas do projeto, esclarecimentos e alinhamento técnico;

A aprovação dos planos junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) constitui resultado essencial da contratação, sendo condição para o cumprimento integral do objeto, devendo a contratada promover todas as adequações técnicas necessárias até sua efetiva aprovação.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua até a conclusão e aprovação dos planos pelos órgãos competentes, não se limitando à simples entrega dos estudos iniciais.

### **3.5. Utilização do catálogo de padronização:**

O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

### **3.6. Do alinhamento aos instrumentos de planejamento da administração:**

O objeto estudado **não** está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos e implantação no Município, contudo está em consonância com o planejamento orçamentário do município.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **4.1. Condições de entrega:**

**4.1.1.** Cada execução deverá ser formalizada por meio de Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

A contratada deverá executar integralmente o objeto no prazo máximo de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço, compreendendo a elaboração dos estudos, o protocolo junto ao DECEA e o acompanhamento até a fase inicial de análise.

### **4.2. Do local e horário de entrega/execução:**



4.2.1. Os **serviços** deverão ser enviados de forma virtual e entregue cópia física no seguinte local:

**Virtual:** [inf.serv@barradogarcas.mt.gov.br](mailto:inf.serv@barradogarcas.mt.gov.br) e [gsosbbw@gmail.com](mailto:gsosbbw@gmail.com)

**Cópia Física no seguinte endereço:**

Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – DMR

Avenida Coronel Antônio Cristino Côrtes, s/n

Bairro Jardim Maria Lúcia

CEP 78601-182 – Barra do Garças/MT

4.2.2. Os **serviços** deverão ser entregues em horário de expediente compreendido das **07:00 às 11:00** e das **13:00 às 17:00**, na presença de servidores da Secretaria demandante.

4.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

4.2.4. A contratada obriga-se a entregar o **serviço** em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

**4.3. Condições de recebimento do serviço:**

4.3.1. A empresa contratada deve assegurar a pontualidade e regularidade nas entregas, evitando atrasos que possam comprometer a operação do Aeroporto Municipal de Barra do Garças- SBBW;

4.3.2. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/21, o objeto deste procedimento será aceito.

4.3.3. Definitivamente, após a validação técnica dos produtos e comprovação do protocolo junto ao DECEA, bem como após o atendimento de eventuais ajustes solicitados.

4.3.4. Provisório, mediante entrega dos estudos técnicos elaborados, para análise pela equipe técnica da Administração.

4.3.5. A aprovação final pelos órgãos competentes será considerada elemento essencial para o recebimento definitivo do objeto.

4.3.6. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas;

4.3.7. Quando houver entrega do objeto do presente processo e este apresentar erros, será rejeitado parcial ou totalmente, e a CONTRATADA será obrigada a corrigí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega;





**4.3.8.** A CONTRATADA ficará obrigada a refazer, a suas expensas, de quaisquer serviços que vier a ser recusado;

**4.3.9.** A CONTRATADA deverá refazer o serviço e/ou levantamento recusado no momento da entrega do serviço. A Administração Pública Municipal não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

**4.3.10.** Será considerado abandonado o serviço que não for refeito pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias corridos após a comunicação do CONTRATANTE;

**4.3.11.** A CONTRATADA deverá entregar todo o serviço discriminado na Ordem de Fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

**4.3.12.** O aceite definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou pelo contrato;

**4.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:**

**4.4.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**4.4.2.** Considerando a natureza do objeto, a contratada deverá garantir a qualidade técnica, a conformidade normativa e a exatidão das informações constantes no Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e no Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW, responsabilizando-se por eventuais inconsistências, erros técnicos ou não conformidades apontadas pelos órgãos competentes durante o processo de análise.

**4.4.3.** A garantia do serviço abrange a realização de ajustes, correções e complementações técnicas, sem ônus adicional para a Administração, sempre que solicitadas pelos órgãos reguladores, especialmente pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, até a obtenção da aprovação final dos planos.

**4.4.4.** Não há necessidade de manutenção contínua após a aprovação definitiva dos documentos, ressalvadas eventuais atualizações futuras decorrentes de alterações operacionais, normativas ou físicas no aeródromo, as quais deverão ser objeto de nova contratação.

**4.4.5.** A contratada deverá, ainda, prestar assistência técnica durante toda a vigência do contrato, compreendendo o acompanhamento do processo de tramitação, o esclarecimento de dúvidas técnicas da Administração e o suporte necessário para atendimento às exigências dos órgãos competentes, garantindo a efetiva conclusão do objeto contratado.





**4.4.6.** A contratada responderá tecnicamente pelos estudos apresentados, inclusive perante os órgãos reguladores, sendo responsável por eventuais correções decorrentes de inconsistências técnicas identificadas durante a análise dos planos.

## **5. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

**5.1.** Nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**5.2.** O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o Município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

**5.3.** O Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente do ETP e se este foi dispensado na presente contratação, os interessados poderão consultar o endereço eletrônico abaixo para acesso às disposições do processo de fiscalização (equipe de fiscalização, forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros), não podendo a empresa detentora alegar desconhecimento do PBF, constando o instrumento publicado no sítio oficial do município, no link: [https://www.barradogarcas.mt.gov.br/fo-tos\\_licitacao/921.pdf](https://www.barradogarcas.mt.gov.br/fo-tos_licitacao/921.pdf).

**5.4.** Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato.

**5.5.** Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão da minuta do contrato.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**6.1.** Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de execução, este será anexo ao edital e deverá ser observado no processo de fiscalização.

**6.2.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

**6.2.1.** Número do instrumento substitutivo/contrato ou número do empenho;

**6.2.2.** Número do processo;

**6.2.3.** Número da licitação;

**6.3.** A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**6.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, e deverá trazer em anexo, a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4.1.** Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**6.4.2.** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.4.3.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

**6.4.4.** Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.5.** A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

**6.6.** Do pagamento:

**6.6.1.** O pagamento será realizado de forma parcelada, sendo 50% após o protocolo e 50% após a aprovação dos planos básicos, conforme a execução das etapas do objeto, vinculando-se à entrega dos produtos técnicos e ao cumprimento das fases de elaboração, protocolo e acompanhamento junto aos órgãos competentes.

**6.6.2.** O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

**6.6.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.6.4.** Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**6.6.5.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**6.6.6.** A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.





**6.6.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**6.6.8.** A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

**6.6.9.** Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

**6.6.10.** Não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

**6.6.11.** Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

## 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A dotação orçamentária destinada para executar as demandas provenientes deste procedimento segue apresentada:

FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Programa	0122
Ação	23.695.0122.2325- Manutenção e Desenvolvimento do Aeroporto
Fonte de recurso	15000000000
Cód. reduzido	784
Projeto atividade	Outros serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Elemento de despesa	3.3.90.39.00.00

## 8. DO REAJUSTE, REVISÃO DE PREÇOS E ÍNDICE:

**8.1.** Considerando a natureza pontual da contratação, não haverá incidência de reajuste, salvo em caso de prorrogação excepcional devidamente justificada, nos termos da legislação vigente.

## 9. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

**9.1.** O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado, conforme art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, quando houver:

- a) Alteração unilateral do contrato pela Administração;
- b) Fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato;



- c) Caso fortuito ou força maior;
- d) Ato do príncipe, entendendo-se como tal qualquer ato da Administração Pública que, direta ou indiretamente, onere o contrato;
- e) Fato da Administração, quando esta impedir ou retardar a execução do contrato;
- f) Alterações significativas nos preços dos insumos essenciais à execução do contrato, devidamente comprovadas.
- g) Deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro:
  - a) Apresentando justificativas detalhadas e documentação comprobatória dos fatos e seus impactos econômicos no contrato;

**9.2.** A Administração, ao receber o pedido, terá o prazo de até **30 (trinta) dias** para analisar e responder, podendo solicitar informações ou documentos complementares;

## **10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**10.1.** Das exigências de habilitação:

**10.1.1.** Conforme Estudo Técnico Preliminar, além dos documentos gerais a constarem do Edital de origem a Ata de Registro de Preço assim como aqueles citados na Lei 14.133/21.

**10.1.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

a) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

**10.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;





- b) Prova de Inscrição no CNPJ;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, (negativa/positiva com efeito negativa) incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, (negativa/positiva com efeito negativa) mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- h) Certidão Negativa de Falência/recuperação judicial autor/réu, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- i) Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- j) Declarações:
  - j.1) Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo constado em Edital;
  - j.2) Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso, conforme modelo constado em Edital;
  - j.3) Declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação, conforme modelo constado em Edital;
  - j.4) Apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da licitante, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.



j.5) Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.T (Ministério Público de MT), para apuração, se possível, de prática delituosa;

**10.2.** Das exigências **específicas** de habilitação:

**10.2.1.** Prova de registro da PESSOA JURÍDICA na entidade de fiscalização profissional competente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

**10.2.2.** A proponente que não é sediada no Estado de Mato Grosso deverá apresentar o Registro no CREA/CAU do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura do Contrato, o visto de CREA/CAU de Mato Grosso;

**10.2.3.** Apresentação de profissional de nível superior na área de Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo ou outra com atribuição técnica compatível com a atividade, para figurar como responsável técnico do objeto a ser contratado, cuja comprovação de vínculo poderá ser dar através de um dos seguintes documentos: (i) Cópia da Carteira de Trabalho (CPTS) física ou digital; OU (ii) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços; OU (iii) declaração de contratação futura do profissional responsável, desde que acompanhada da anuência do profissional a ser contratado; OU (iv) Cópia do Contrato Social em se tratando de sócio da empresa licitante.

**10.2.4.** Comprovação de capacitação técnico-operacional e técnico-profissional: A empresa proponente deverá apresentar um ou mais atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pela Entidade de classe profissional (CREA ou CAU) em nome do seu responsável técnico, pertencente ao quadro permanente da empresa e designado como responsável técnico pelos estudos, planos e projetos do Edital/Contrato e tendo a empresa proponente como executora dos serviços acervados, comprovando a execução dos serviços técnicos com características semelhantes com o objeto deste edital, comprovando a execução de serviço semelhante/compatível em quantidade e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, contemplando pelo menos os itens indicados no quadro a seguir:

Elaboração e Aprovação do PBZPA- Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo
--------------------------------------------------------------------------------

Elaboração e Aprovação do PZPANA- Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea
-------------------------------------------------------------------------------------------

**10.2.5.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



- Elaboração dos Planos de Zona de Proteção do Aeródromo: PBZPA e PZPANA; Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

### **11.1. Obrigações da Contratada:**

A Contratada obriga-se a:

- a) Executar integralmente os serviços contratados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelo DECEA, ANAC, COMAER e demais legislações correlatas;
- b) Elaborar, desenvolver e apresentar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), atendendo a todos os requisitos técnicos exigidos pelos órgãos reguladores;
- c) Realizar o protocolo dos planos junto ao sistema competente (SysAGA ou outro que vier a substituí-lo), promovendo o correto cadastramento e tramitação dos processos;
- d) Acompanhar integralmente a análise dos planos junto aos órgãos competentes, prestando esclarecimentos, atendendo diligências e promovendo todas as adequações técnicas necessárias;
- e) Realizar, sem ônus adicional para a Administração, todos os ajustes, correções e complementações exigidas pelos órgãos reguladores, até a efetiva aprovação dos planos;
- f) Disponibilizar profissional(is) legalmente habilitado(s), com registro ativo no CREA ou CAU, responsável(is) pela execução dos serviços, bem como emitir a respectiva ART ou RRT;
- g) Garantir a qualidade técnica dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais inconsistências ou falhas identificadas durante a análise dos planos;
- h) Entregar todos os produtos técnicos em meio físico e digital, em formatos editáveis e não editáveis, devidamente organizados e assinados;
- i) Manter comunicação permanente com a Administração, informando o andamento dos serviços e eventuais intercorrências;



j) Cumprir os prazos estabelecidos, sem prejuízo da continuidade dos serviços até a aprovação final dos planos pelos órgãos competentes.

**11.2. Obrigações da Contratante:**

A Contratante obriga-se a:

- a) Fornecer à Contratada todas as informações, documentos e dados técnicos necessários à adequada execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor(es) designado(s), nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Prestar apoio institucional necessário à execução do objeto, inclusive no que se refere ao acesso a informações e interlocução com órgãos públicos, quando aplicável;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada, conforme as condições estabelecidas no contrato;
- e) Notificar a Contratada sobre eventuais irregularidades verificadas na execução dos serviços, para adoção das providências cabíveis;
- f) Exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente quanto à qualidade técnica dos serviços e ao atendimento das exigências dos órgãos reguladores.

**DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

O Termo de Referência foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Barra do Garças/MT, 13 de março de 2026.

**Thamires Ferreira da Silva Marinho**

Coordenadora de Gestão e Manutenção Aeroporto e Rodoviária  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

**APROVADO POR:**

Recebido o presente termo, verifico que ele está em conformidade com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, motivo pelo qual **aprovo o documento**, bem como autorizo a instauração do processo licitatório nos termos nele estabelecidos para a referida contratação.

Barra do Garças/MT, 13 de março de 2026.

**Jairo Marques Ferreira**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços  
Portaria nº 21.825/2025



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ....

MODALIDADE: 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026

Contrato administrativo nº ...../....., que entre si celebram de um lado o Município de Barra do Garças-MT e de outro lado .....

O Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.439.239/0001-50 com sede administrativa a Rua Carajás, nº 485, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Adilson Gonçalves de Macedo, conforme Ata de Posse de 01/01/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida à ....., neste ato representada pelo neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr.(a) ....., doravante denominada “CONTRATADA”, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da DISPENSA ELETRÔNICA 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

**1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), conforme diretrizes do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e demais normativas aplicáveis, visando atender às necessidades do Aeroporto de Barra do Garças – SBBW.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação;
- c) A Proposta do Contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O período de vigência do contrato será de \_\_\_ a \_\_\_, conforme previsto no Termo de Referência, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantagem para a Administração.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. A prorrogação de prazo, quando legalmente autorizada, deverá ser justificada por escrito, com demonstração de que a manutenção do contrato atende ao interesse público e que os preços permanecem vantajosos para a Administração. Deverá, ainda, ser formalizada antes do término do prazo de vigência, mediante manifestação expressa da Administração, precedida da devida instrução processual contendo:

- a) Justificativa da autoridade competente e do fiscal do contrato;
- b) Comprovação da vantagem da prorrogação, através de apresentação de novo Mapa Comparativo de Preços;
- c) Certidões de regularidade da contratada; e
- d) Parecer contábil, quando aplicado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA**

3.1.1 O prazo para execução dos serviços será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, obedecidos os demais prazos constantes no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Na execução deste contrato, o contratado poderá subcontratar partes do serviço até o limite autorizado pela Administração, conforme o disposto no **Art. 122 da Lei n.º 14.133/2021**, desde que não envolva a responsabilidade técnica principal do objeto.

4.2. É vedada a subcontratação com pessoas físicas ou jurídicas que não atendam às condições de habilitação exigidas no edital original e no § 1º Art. 122 da Lei n.º 14.133/2021. Ou que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

4.3. A contratada principal responde, perante o Município, pelos atos praticados pelas subcontratadas, bem como por eventuais danos causados a terceiros na execução das parcelas subcontratadas.





## CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIAÇÃO E PAGAMENTOS

### 5.1. Do Preço:

5.1.1. O valor da contratação é de R\$ ..... (.....);

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Para a efetivação do pagamento deverá ocorrer a apresentação da nota fiscal e o ateste, pelos fiscais do contrato, devidamente acompanhada das certidões necessárias para a execução do pagamento.

### 5.3. Condições de Pagamento:

5.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na



impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.6.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**5.3.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**5.3.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**5.3.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**5.3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**5.3.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.3.11.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.3.12.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.3.13.** No ato da apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços ou fornecimentos, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, a CONTRATANTE irá proceder com a retenção e recolhimento dos impostos e abatimento do valor devido em conformidade com a INRFB 2.145/2023, 1.234/2012 e Decreto





Municipal nº 5.228 de 20 de julho de 2023, bem como INRFB nº 2.110 de 17 de outubro de 2022.

Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar junto a nota fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos -CND referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- b) Certidão de Regularidade de Situação do FGTS -CRF;
- c) Certidões Negativas de Débitos junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da contratada.

**5.3.14.** O pagamento estará condicionado à entrega e aprovação dos produtos técnicos previstos no Termo de Referência, podendo envolver validação por órgãos competentes, quando aplicável.

#### **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ÍNDICE (art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do contrato.

**6.1.1.** Durante a vigência do contrato fica a contratada aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, devendo conter na solicitação justificativa e fundamento na Lei nº 14.133/2021;

**6.2.** Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

**6.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**6.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.5.** O reajuste será realizado por termo aditivo ou apostilamento.

**6.6.** Caso o índice não esteja disponível na data de aniversário do contrato, o reajuste será calculado com base no último índice divulgado até a data limite de reajuste.

**6.7.** O reajuste será aplicado sobre o valor total do contrato vigente à época do reajuste.

**6.8.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

**6.9.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de





força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, tendo como fundamento a Lei 14.133/2021.

**6.10.** A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo CONTRATANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

**6.11.** Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

**6.12.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**6.13.** Na hipótese de a CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

**6.14.** O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

**6.15.** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CONTRATANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

**6.16.** Fica facultada ao CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

**6.17.** A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do CONTRATANTE, sendo lavrado termo aditivo.

**6.18.** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.





**6.19.** O CONTRATANTE deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

**6.20.** O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

**6.21.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo CONTRATANTE na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

**6.22.** Durante a vigência do Contrato o preço contratado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo CONTRATANTE no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

**6.23.** Os termos aditivos, caso houverem obedecerão aos prepostos da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV da Lei nº 14.133/2021)**

**7.1.** São obrigações do Contratante:

**7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**7.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**7.1.6.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**7.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;





**7.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.1.9.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133/2021)**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**8.1.2.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.1.6.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





- 8.1.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.10.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.1.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.12.** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, a Contratante ou a terceiros;
- 8.1.13.** Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, com pessoal de sua contratação necessário a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;
- 8.1.14.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública) e qualificações exigidas na Licitação.
- 8.1.15.** Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo CONTRATANTE;
- 8.1.16.** Indenizar, prontamente, todos os danos que, por si, seus empregados ou prepostos venham a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros envolvidos ou não com a execução dos trabalhos;
- 8.1.17.** Arcar com todos os ônus e riscos decorrentes do transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal até o local onde serão executados os trabalhos contratados;
- 8.1.18.** Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;





**8.1.19.** Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

**8.1.20.** Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição; e solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionados particularmente com a execução;

**8.1.21.** Todas as eventuais despesas da prestação objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes, encargos, impostos, previsão inflacionária, taxa de administração, seguros, bonificações, materiais de uso, viagens, hospedagens necessárias, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais;

**8.1.22.** Cumprir integralmente as exigências técnicas previstas no Termo de Referência, incluindo aquelas relacionadas à elaboração, revisão e adequação dos planos técnicos, bem como às exigências dos órgãos reguladores competentes.

**8.1.23.** Observar todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência e Edital da licitação.

**CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII da Lei nº 14.133/2021)**

**9.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.1.1** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º da Lei n. 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º da Lei n. 14.133, de 2021)
- d) Multa:

I. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

II. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**10.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei n. 14.133, de 2021)

**10.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n. 14.133, de 2021).

**10.3.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n. 14.133, de 2021)

**10.3.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n. 14.133, de 2021).

**10.3.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





**10.3.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei n. 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.3.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**10.3.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções:

- a) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
- b) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato. O atraso superior a 10(dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**11.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos,





hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**12.1.** A fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal \_\_\_\_\_, por meio do(s) fiscal(is) do contrato designado(s), podendo, para tanto, solicitar perícias, laudos técnicos, pareceres e outros procedimentos necessários relacionados à fiscalização.

**12.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

**12.3.** O CONTRATANTE reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficiente, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

**12.4.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado pela Secretaria ....., por meio de portaria, representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.5.** O fiscal do contrato desenvolverá suas atribuições em conformidade com o Plano de Fiscalização e, para a adequada gestão contratual, o Município adotou o Plano Básico de Fiscalização (PBF), contendo as ações a serem executadas pela equipe de fiscalização, visando mitigar os riscos inerentes ao objeto, conforme previsto no item “gerenciamento de riscos” do Estudo Técnico Preliminar.

**12.6.** O Plano Básico de Fiscalização (PBF) encontra-se transcrito integralmente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e, caso este tenha sido dispensado na presente contratação, os interessados poderão consultar o endereço eletrônico indicado para acesso às disposições relativas ao processo de fiscalização (equipe de fiscalização, forma de recebimento provisório e definitivo, notificações, dentre outros), não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF, considerando sua disponibilização no sítio oficial do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, neste exercício, na dotação abaixo discriminada:





FONTE DE RECURSOS	
Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
Programa	0122
Ação	23.695.0122.2325- Manutenção e Desenvolvimento do Aeroporto
Fonte de recurso	15000000000
Cód. reduzido	784
Projeto atividade	Outros serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Elemento de despesa	3.3.90.39.00.00

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA**

**15.1.** Em conformidade com as disposições do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Regulamento do Imposto sobre a Renda – RIR/2018), bem como demais normativas aplicáveis, deverá ser aplicada esta cláusula nos casos que se fizer necessário à retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRRF) sobre os pagamentos efetuados pelo CONTRATADO.

**15.2.** As retenções efetuadas serão devidamente informadas ao CONTRATADO, que poderá utilizá-las para fins de compensação ou dedução, conforme permitido pela legislação tributária vigente.

**15.3.** A apuração do Imposto de Renda retido na fonte terá sua base de cálculo igual à soma dos rendimentos tributáveis no mês do pagamento ao beneficiário e a alíquota deverá observar a tabela progressiva anual publicada anualmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL (INSS)**

**16.1.** Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, a CONTRATANTE efetuará a retenção da contribuição previdenciária patronal (INSS), no percentual de 11% (onze por cento), incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura emitida pela CONTRATADA, relativa à prestação de serviços constantes no artigo 31 da Lei nº 8.212/1991, excetuando-se os casos expressamente previstos na referida Instrução Normativa.





§1º. A retenção não será aplicada nas hipóteses de isenção legal, casos de não incidência previstos na legislação, mediante apresentação dos documentos exigidos nos artigos 116 e 117 da IN RFB nº 2.110/2022.

§2º. A CONTRATADA deverá destacar expressamente na nota fiscal o valor da retenção do INSS, caso seja devida, bem como apresentar os documentos comprobatórios exigidos para fins de fiscalização e correta apuração da obrigação previdenciária.

§3º. O valor retido será recolhido pela CONTRATANTE à Receita Federal do Brasil, em nome da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

§4º. O não atendimento às exigências documentais ou legais relativas à retenção do INSS poderá implicar na suspensão do pagamento da respectiva nota fiscal até sua regularização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças - MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Barra do Garças - MT, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

Processo Administrativo nº 010/2026

Dispensa de Licitação nº 002/2026

\_\_\_\_\_[nome completo]\_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_[Razão Social]\_\_,  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede  
à \_\_\_[endereço completo]\_\_, e endereço eletrônico \_\_\_\_@\_\_\_\_, DECLARO para todos os  
fins de direito, especificamente para participação no presente processo de Dispensa de  
licitação, que a referida empresa faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei  
Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, por estar contida no seu rol de  
beneficiários do art. 3º, e que é enquadrada como:

- MICROEMPRESA, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar n.º Lei  
Complementar n.º 123, de 2006;

- EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar n.º  
123, de 2006;

Ainda Declaro que esta empresa não ultrapassou os limites de enquadramento previstos  
na LC n.º 123, de 2006;

**DECLARO** também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a  
empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade  
ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime à ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137,  
de 1990).

\_\_\_\_\_[local, data]\_\_

\_\_\_\_\_[nome]\_\_

Representante Legal





## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

**Processo Administrativo nº 010/2026**

**Dispensa de Licitação nº 002/2026**

A empresa [Razão Social], devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à com sede à [endereço completo], e endereço eletrônico \_\_\_\_@\_\_\_\_, através do seu(a) representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, e para os fins de participação da **Dispensa de Licitação nº 012/2025, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

- I. Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que esta data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- III. Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os seus termos e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;
- IV. Na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este órgão, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ [sócio/administrador/procurador/diretor/etc], responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento substitutivo.
- V. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento da dispensa/ licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- VI. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



VII. A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII. O endereço para qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, no caso de eventual contratação, é: \_\_ \_\_ [endereço completo] \_\_ \_\_, endereço eletrônico \_\_\_@\_\_\_, Telefone: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_, bem como que manterá atualizado os seus endereços (físico e eletrônico).

IX. Nomeia e constitui o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, para ser o(a) preposto responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos, se comprometendo a traslar instrumento de procuração constituindo o preposto, caso este seja pessoa diferente do(s) representante(s) legal da empresa.

X. Ciência da existência e cumprimento da Lei n.º 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais eventualmente repassados pelo CONTRATANTE, declara ainda, que os princípios norteadores da referida legislação estão incorporados no desenvolvimento de suas atividades institucionais, bem como na prática de seus agentes de tratamento.

XI. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva:  emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XII. Conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133, de 2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

\_\_ \_\_ [local, data] \_\_ \_\_

\_\_ \_\_ [nome] \_\_ \_\_

Representante Legal